



GT 010. Antropologia da Economia

Arlei Sander Damo (UFRGS) - Coordenador/a
 Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta
 Instituto de Estudos Sociais e Políticos) -
 Coordenador/a, Gustavo Gomes Onto (UFRJ) -
 Debatedor/a, Lúcia Helena Alves Müller (Pontifícia
 Universidade Católica do Rio Grande dos Sul) -
 Debatedor/a

Desde o nascimento da nossa disciplina os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, as formas de valoração e de provimento das condições materiais de continuidade da vida foram objeto de descrição e interpretação a partir dos modos de vida dos outros. As teorias econômicas já tinham grande importância nas sociedades a partir das quais surgiu a antropologia e, nas últimas décadas, se tornaram uma verdadeira linguagem global. A importância dos especialistas, sejam acadêmicos ou gestores governamentais, nunca foi tão grande, tendo esses um papel preeminente no desenho de políticas de larga escala. Economia, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição sobre o que seja a economia ou que caracterize algo prática, teoria ou econômico. A Antropologia da Economia vem ganhando novo fôlego, com a organização de diversos eventos e publicações acadêmicas voltados a essa área de estudos. O objetivo do GT é propiciar um espaço dedicado a colocar em diálogo trabalhos que possibilitem explorar a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite e provoca e as ambiguidades e misturas que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico, como a relação com as práticas familiares, a intimidade, a religião, o consumo, a dívida, a política, as moralidades e assim por diante.

Serviços socioambientais e modos de vida tradicionais: reflexões sobre valor e valoração a partir do extrativismo na Terra do Meio (PA)

Autoria: Roberto Sanches Rezende

Desde a década de 1990, a avaliação dos serviços ecossistêmicos e ambientais tem sido tratada por economistas como alternativa para a regulação do clima e a manutenção e promoção da diversidade ecológica do planeta (Motta, 1998), resultando na criação de mecanismos e programas para transacionar e remunerar serviços ambientais, como o REDD, o Bolsa Verde, o Produtor de Águas e o Bolsa Floresta. Os pagamentos por serviços ambientais (PSA) representam formas econômicas de incentivar e promover ações humanas que têm impacto positivo na reprodução e manutenção do funcionamento dos ecossistemas (Wunder, 2005). Do ponto de vista da economia, a criação de tais mecanismos depende da avaliação e valoração de elementos da natureza em termos monetários, de modo que promova a escolha racional dos agentes econômicos por atividades que incrementam os serviços ecossistêmicos. Em relação às experiências de pagamentos por serviços ambientais com povos tradicionais, elas têm recebido críticas diversas, seja por focarem em mecanismos binários de controle da paisagem, por se assemelharem mais a programas de transferência de renda, ou por violarem direitos humanos e restringirem modos de vida tradicionais (Eloy, Coudel e Toni, 2013; Faustino e Furtado, 2015). O work aqui apresentado trata da elaboração em progresso de um sistema de pagamentos por serviços socioambientais nas unidades de conservação da Terra do Meio (Altamira, PA). Um dos princípios orientadores para a construção desse sistema é que ele respeite os regimes de propriedade e justiça locais. Outro é que evidencie o papel das atividades humanas e do extrativismo na reprodução da floresta e seus ciclos ecológicos. Esses dois princípios implicam em avaliar aspectos não-econômicos dos modos de vida tradicionais, acentuando a interdependência entre processos num contexto em que terra e work não passaram pela mercantilização moderna (Polanyi, 2013). Demonstrar os ganhos



ecológicos do extrativismo e estruturar um sistema de remuneração dos serviços prestados por essas atividades também implica na resignificação de conceitos econômicos como o de adicionalidade e condicionalidade, utilizados nos sistemas convencionais de pagamentos por serviços ambientais, bem como na abordagem da questão dos direitos de propriedade sobre os serviços prestados em áreas protegidas. Como pano de fundo dessa discussão está o debate antropológico sobre valor e valoração, o que implica colocar em perspectiva as formas econômicas locais e as globais, nesse caso tomando a narrativa econômica neoclássica que fundamenta a valoração como uma forma particular de pensar o valor da sociobiodiversidade (Mirowski, 1984; Hann e Hart, 2011; Graeber, 2001, 2006; Munn, 1992).



Realização:



Apoio:



Organização:

